



Índice

- 01 Lideranças indígenas se reúnem com Puccinelli e garantem desobstrução da Perimetral Norte
- 02 Incêndios em Marãiwatsédé (Suiá-Missu) estão fora de controle
- 03 Bispo da Igreja Católica acusa o povo brasileiro de ser "anti-indígena"
- 04 Formação continuada aborda temática indígena na sexta-feira (25)
- 05 Gripe derruba índios no Acre
- 06 Os indígenas da Amazônia estão em risco. O grito de alarme de um bispo
- 07 (PR) Comitê de Solidariedade entrega cobertores na Reserva Indígena Apucarantina
- 08 Especialistas: metas de desenvolvimento não podem ser revés para indígenas
- 09 Autoridades 'fogem' de responsabilidade para dar fim a bloqueio de indígenas
- 10 Mestres quilombolas, religiosos e indígenas pregam respeito à biodiversidade
- 11 Reunião debate regularização quilombola
- 12 Bahia é referência na execução de projeto voltado às comunidades quilombolas
- 13 Dia de Tereza
- 14 Movimentos populares e organizações debatem titulação de terras quilombolas em Santarém
- 15 SBPC Extrativista discute os desafios da economia verde



- 16 BNDES destina R\$ 2 milhões à cadeia produtiva do mel
- 17 Governo promove inclusão digital em comunidades quilombolas
- 18 BA – Quilombolas prometem paralisar atividades das empresas de celulose caso reivindicações não sejam atendidas
- 19 Terras indígenas apresentam o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal
- 20 SC – Pescadores artesanais recebem indenização de R\$ 65 milhões
- 21 Fraude acoberta extração ilegal de 64 mil hectares de floresta nativa no Pará
- 22 Terra Indígena Buriti: Comunidade Indígena Terena divulga carta aberta ao Ministro da Justiça
- 23 Ônibus escolar com indígenas da cidade de Jatobá- PE é atingido por carreta baú na BR-410 em Tucano- BA
- 24 Bocalom Vai Ao SBPC E Reafirma Respeito Aos Povos Indigenas
- 25 Saúde indígena faz 'arrastão' em 75 postos de Mato Grosso do Sul
- 26 Após desbloquear rodovia, indígenas prometem novo bloqueio caso promessa de governador 'fure'
- 27 Lideranças indígenas Huni Kuin visitam o JBRJ
- 28 Justiça Federal concede à indígena sem diploma de ensino médio direito à matrícula na UNIR
- 29 "Fomos enganados pela organização da SBPC", diz líder indígena sobre hospedagem oferecida no evento



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

30 [Bocalom quer lutar pela demarcação de áreas indígenas](#)

Lideranças indígenas se reúnem com Puccinelli e garantem desobstrução da Perimetral Norte

SÍTIO XXXXXX, 23.07.2014

A medida foi tomada após encontro do governador com as lideranças indígenas dos terena, kaiowá e guarani



Onze lideranças indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru participaram da reunião com André Puccinelli

Foto: Rachid Waqued

O governador André Puccinelli determinou a imediata instalação de dispositivos de segurança no trecho da Perimetral Norte, em Dourados, no trecho entre a Avenida Guaicurus e a Rodovia MS-156, atendendo a reivindicação da comunidade indígena daquela região.

A medida foi tomada após encontro do governador com as lideranças indígenas dos terena, kaiowá e guarani, no final da manhã desta quarta-feira, na Governadoria, mediante o compromisso da comunidade de suspender de imediato o bloqueio da Perimetral Norte, interditada desde domingo (20) após o atropelamento de um indígena no local.

Puccinelli ressaltou que o Estado assumia o compromisso de tomar as medidas necessárias para reduzir os acidentes de trânsito no trecho, embora a responsabilidade pela sinalização dessas que é uma alça viária do perímetro urbano seja do município de Dourados. "As portas do meu gabinete estão sempre abertas. Vocês sempre tiveram o meu apoio", disse o governador às lideranças.

Sonorizadores

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Ficou decidido na reunião que técnicos da Agesul (Empresa Estadual de Gestão de Empreendimentos) farão uma análise do tráfego no setor crítico da Perimetral Norte para definir a necessidade de atender de colocação de lombadas, reivindicada pelos indígenas. De imediato, o Estado instalará sinalização horizontal e vertical e sistema de sonorizadores na via.

Para o cacique Gaudêncio Benites, da aldeia Bororó, as lideranças indígenas ficaram satisfeitas com as medidas anunciadas pelo governador André Puccinelli. "Ele abriu as portas para a comunidade", destacou, garantindo que a rodovia seria desbloqueada até o final da tarde desta quarta-feira. O cacique guarani Silvano Duarte também mostrou satisfação com o resultado do encontro. "O governador sempre atendeu a nossa comunidade", disse.

Onze lideranças indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru participaram da reunião com Puccinelli, onde também estiveram presentes o procurador federal da Funai em Dourados, Leandro Konjedic; o coordenador da Funai naquele município, José Vitor Dalla; e ainda a diretora-presidente da Agesul, Maria Wilma Casnova Rosa.



Incêndios em Marãiwatsédé (Suiá-Missu) estão fora de controle

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 23.07.2014

O sistema de monitoramento de queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) continua relatando focos de calor no entorno da aldeia Xavante de Marãiwatsédé. Como no ano passado, a situação parece estar novamente fora de controle. O sistema já detectou quase 720 focos de calor, 10 vezes mais do que o número detectado no mesmo período do ano passado quando a área foi quase completamente calcinada.

Mostramos aqui a imagem do satélite LandSat-8 capturada ontem por volta das 13:30hs na qual aparecem algumas frentes de incêndio e uma grande área já queimada no entorno da aldeia onde vivem os índios. Reveja: Marãiwatsédé (Suiá-Missu) está em chamas.

Depois da passagem de anteontem do satélite o sistema de monitoramento de Inpe já mostrou mais 123 focos. Pela disposição dos pontos, é possível supor que o incêndio de ontem tenha saído do controle e continue queimando o entorno da aldeia. Provavelmente, na próxima passagem do satélite toda a área pontuada na imagem acima deve aparecer calcinada. Continuaremos, como sempre estivemos, de olho.



Bispo da Igreja Católica acusa o povo brasileiro de ser "anti-indígena"

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 23.07.2013

Para o bispo da Igreja Católica Dom Erwin Kräutler, a atual sociedade brasileira é "anti-indígena". Na semana passada o bispo participou da apresentação do relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre violência contra os povos indígenas no Brasil. Kräutler é presidente do Cimi.

Segundo o religioso, a sobrevivência dos indígenas "está ameaçada" pela falta de uma clara delimitação das áreas que pertencem aos índios. Kräutler afirma que o povo brasileiro é "anti-indígena". "Para nós, desenvolvimento e progresso deveriam significar uma maior qualidade de vida, mas não apenas para alguns brasileiros, mas, sim, para todo o Brasil, em especial para as populações indígenas que representam os segmentos da sociedade mais marginalizados de hoje, em termos de saúde, instrução, transportes, moradia e segurança pública", diz o bispo contradizendo seu próprio discurso.

Com informações do Vatican Insider e fogo da Agência Brasil.



Formação continuada aborda temática indígena na sexta-feira (25)

SÍTIO PREFEITURA DE MAUÁ, 23.07.2014

Reunião é dirigida para trabalhadores, conselheiros e público em geral

A Prefeitura de Mauá, por meio do Departamento de Políticas Afirmativas da Secretaria de Cidadania e Ação Social, oferece a trabalhadores, gestores, conselheiros e a quem mais tiver interesse a oportunidade de participar de mais um encontro do processo de Formação Continuada municipal. A reunião está marcada para a próxima sexta-feira (25), das 8h às 12h, no Centro de Formação de Professores Miguel Arraes, localizado na rua Rio Branco, 185, no centro da cidade, e a temática abordada será "Povos Indígenas".

Compondo a mesa de debate, a palestrante Noeme Ferreira Santos, graduada em História pelas Faculdades Integradas de Ribeirão Pires (FIRP) e especializada em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Noeme trabalha na Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, atuando diretamente na construção de políticas para a população indígena no Estado de São Paulo.

Outro palestrante é o psicólogo Danilo Silva Guimarães, mestre e doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), onde integra o quadro de professores e exerce atividades de pesquisa nas grades da graduação e da pós-graduação. Danilo desenvolve e orienta pesquisas na área de psicologia cultural dialógica, com ênfase na subjetividade da cultura e nas relações envolvendo povos indígenas.

O Departamento de Políticas Afirmativas municipal prevê, a cada mês, dar continuidade ao processo de formação continuada, e assim trazer a tona a sensibilização acerca de diversas temáticas, sempre envolvendo trabalhadores(as), técnicos(as), gestores(as) e conselheiros (as) de direitos da cidade, tendo como objetivo principal que o tema seja desenvolvido em oficinas com a população nos territórios municipais.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Mauá
Secretaria de Comunicação Social



Gripe derruba índios no Acre

SÍTIO REVISTA MISSÕES, 23.07.2014

Um confronto com um grupo não identificado fez mal à saúde de uma tribo indígena do Acre. Sete de seus integrantes contraíram gripe, doença contra a qual não têm defesas naturais, e tiveram de ficar numa espécie de quarentena por seis dias, sob forte tratamento, para evitar a disseminação de uma epidemia.

Os índios da tribo isolada faziam caça e coleta no mato até encontrarem indígenas da Aldeia Simpatia, que têm contato com uma base avançada da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os membros da aldeia ligaram para o órgão e informaram sobre a movimentação do grupo desconhecido.

Uma equipe da fundação, que já tentava monitorar a tribo isolada, chegou à Aldeia Simpatia no dia 13 de junho. Houve, ali, três encontros entre eles, todos no fim de junho, e que duraram poucas horas. Na última vez, os pesquisadores da Funai constataram que os índios daquela tribo estavam gripados.

RESISTÊNCIA A VACINAS

Os índios isolados receberam os primeiros medicamentos no dia 4 deste mês. Dois dias depois, os doentes, que estavam na mata, foram levados para uma base da Funai. Durante o tratamento, que durou quase uma semana, os índios resistiram a tomar vacinas, mas foram convencidos pelos intérpretes e aceitaram medicação oral.

O grupo foi monitorado durante toda sua estada, até o tratamento ser cumprido. Não houve casos mais graves nem evolução da gripe para pneumonia. Os índios foram liberados para voltar às suas malocas apenas quando não havia mais riscos de epidemia.

- Conversamos com o grupo indígena por meio de intérpretes, e eles relataram que sofreram atos de violência praticados por não índios nas cabeceiras do Rio Envira, no Peru - conta Carlos Travassos, coordenador geral de Índios Isolados e Recém-Contatados da Funai. - Por se tratar de uma região de fronteira, estamos tomando medidas para investigar os fatos relatados e implementar um plano de ação com o governo peruano.

O plano de contingência realizado com os Ashaninkas só é aplicado quando uma tribo isolada pede socorro ou se for identificado algum fator que a colocaria em perigo. Na sexta-feira passada, a Funai e o Ministério da Saúde discutiram novas operações que poderiam ser adotadas na área.

- Foi uma situação preocupante, porque, como os índios têm pouquíssima imunidade (ao influenza), o quadro poderia ter evoluído para uma pneumonia, colocando-os em risco de morte - explicou Douglas Rodrigues, médico da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp),

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

que participou da operação no Acre. - Além disso, temíamos que as sete pessoas do grupo de contato pudessem contagiar os demais integrantes de seu povo ao voltar para a aldeia.

NOVO CONTATO MÊS QUE VEM

Equipes da Funai e do ministério pretendem vacinar o maior número possível de pessoas da tribo isolada. Apesar da resistência inicial, Rodrigues acredita que a iniciativa pode dar certo "chegando a tempo e montando uma estrutura". Já o ministro da Saúde, Arthur Chioro, prometeu aumentar a equipe médica para a população indígena. Para o plano dar certo, falta combinar com a isolada tribo acriana, que foi vítima do ataque, mas também sabe resistir a visitas indesejadas.

Fonte: www.oglobo.com



Os indígenas da Amazônia estão em risco. O grito de alarme de um bispo

SÍTIO REVISTA MISSÕES, 23.07.2014

Maria Teresa Pontara Pederiva / Vatican Insider

Erwin Kräutler, há alguns meses conhecido em todo o mundo como o colaborador do Papa Francisco para a próxima encíclica sobre os pobres e a criação, manteve sua promessa. Apesar de ter completado 75 anos, em 12 de julho, seu compromisso em favor de sua gente no Brasil parece ter encontrado um novo impulso e novas forças.

A reportagem é de Maria Teresa Pontara Pederiva, publicada por Vatican Insider, 21-07-2014. A tradução é do Cepat.

Ainda bispo da prelazia de Xingu (até a nomeação de seu sucessor) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Kräutler participou, como apontou a página web do episcopado brasileiro, da apresentação do relatório "A violência contra as populações indígenas no Brasil - 2013", por ocasião da Conferência Nacional dos Bispos, realizada na capital, na semana passada.

Segundo o religioso, na atualidade, a sobrevivência física e cultural dos indígenas "está ameaçada", pois, quando se nega o direito das populações indígenas à existência, verifica-se uma autêntica "agressão, inclusive contra a própria nação brasileira".

Citando o documento da Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Aparecida (que no parágrafo 65, a respeito da exclusão social, adverte: "Os excluídos não são apenas 'explorados', mas também 'sobrantes' e 'descartáveis'"), o bispo Kräutler apontou que a atual sociedade brasileira é "anti-indígena", porque acaba por marginalizá-los: "Os indígenas têm uma maneira de viver diferente, de considerar a vida, possuem outra forma de organizar seu trabalho, tem sua cultura, sua língua, mas devem desfrutar todos os direitos, porque, além do mais, são eles os primeiros habitantes desta terra".

Segundo o documento apresentado em Brasília, são mais de 12.000 indígenas os que sofrem racismo, ameaças, abusos de poder ou que são assassinados por omissões das autoridades. Em todo o país, em 2013, registraram-se 97 casos de violência contra o patrimônio destas populações (violação de terras, invasão de propriedade, exploração ilegal de recursos naturais e atrasos na regularização dos contratos agrários).

O denominador comum é a falta de uma clara delimitação das áreas que pertencem aos indígenas, destacou o bispo, que não duvidou em denunciar com firmeza a violação da disposição constitucional de 1988, sobre a delimitação dos territórios, que deveria ter se cristalizado nos fatos, após vinte e cinco anos da promulgação da Constituição.

Parece que só se cumpriu em parte, porque, segundo aponta o relatório, no último ano foram

CONT.



preparados apenas 11 documentos a esse respeito.

"Para nós, desenvolvimento e progresso deveriam significar uma maior qualidade de vida, mas não apenas para alguns brasileiros, mas, sim, para todo o Brasil, em especial para as populações indígenas que representam os segmentos da sociedade mais marginalizados de hoje, em termos de saúde, instrução, transportes, moradia e segurança pública".

Enquanto isso, explicou Kräutler, há uma restrita "minoridade que está aumentando o próprio patrimônio".

Há um mês, a Igreja no Brasil lançou uma nova chamada pela Amazônia, devido às políticas de exploração dos recursos naturais. A advertência surgiu na província septentrional de Roraima, na fronteira com Guiana e Venezuela. Este documento tem a assinatura do bispo Roque Paloschi e se intitula "Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas". Nele são descritos dezenas de projetos, bem conhecidos pelo bispo Kräutler, de represas hidrelétricas de médias e pequenas dimensões que obstruem os afluentes do Amazonas e que terão gravíssimas consequências na vida das comunidades indígenas.

Fonte: www.ihu.unisinos.br



(PR) Comitê de Solidariedade entrega cobertores na Reserva Indígena Apucarantina
SÍTIO NOTÍCIA NA HORA, 23.07.2014

O Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel faz amanhã, dia 24, às 10 horas, a entrega de 500 cobertores para famílias da Reserva Indígena Apucarantina, em Tamarana.

A distribuição será feita na escola que funciona na reserva.

A doação de cobertores no inverno é tradicional entre os funcionários da Sercomtel. Este é o 12º ano que o Comitê de Solidariedade compra as peças para doar a famílias de baixa renda.



Especialistas: metas de desenvolvimento não podem ser revés para indígenas

SÍTIO MERCADO ÉTICO, 23.07.2014

As novas Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas não podem ser um revés para os indígenas, disse nesta segunda-feira um grupo de especialistas sobre o assunto.

O pedido foi feito após reunião do Grupo de Trabalho sobre Metas de Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York. O objetivo é criar um conjunto de metas a serem apresentadas à Assembleia Geral da ONU em setembro.

Especialistas

Segundo os especialistas em direitos humanos, povos indígenas enfrentam desafios "piores em termos de desenvolvimento econômico do que setores não-indígenas da população em quase todos os países em que vivem".

Mas os peritos afirmam que eles podem "contribuir de forma significativa para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável" por causa de seu "conhecimento tradicional de gerenciamento de recursos naturais".

Rascunho

O grupo notou com preocupação que todas as referências a "povos indígenas" foram apagadas do último rascunho sobre Metas de Desenvolvimento Sustentável, apesar do termo ter sido incluído em versões anteriores.

Segundo os especialistas, o termo "povos indígenas" tem sido usado consistentemente na Declaração de Johannesburg de 2012 e no documento da Rio+20 chamado "O Futuro que Queremos", além de constituições e políticas nacionais.

Os peritos apelam aos países-membros da ONU no grupo de trabalho que ouçam as propostas feitas por representantes de povos indígenas neste processo.

De acordo com os especialistas, "é amplamente reconhecido que os indígenas não têm recebido a atenção que merecem nos processos de desenvolvimento nacional e nos esforços para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio".

Eles disseram ainda que "as novas Metas de Desenvolvimento Sustentável apresentam uma oportunidade única de remediar estas falhas e injustiças históricas resultantes do racismo, da discriminação e da desigualdade sofridos pelos povos indígenas em todo o mundo".

(Rádio ONU)



Autoridades 'fogem' de responsabilidade para dar fim a bloqueio de indígenas
SÍTIO PORTAL RÁDIO CAÇULA, 23.07.2014

Por: Dourados News

Um verdadeiro 'jogo de empurra' das autoridades no Estado deve fazer perdurar o bloqueio na rodovia Perimetral Norte, em Dourados, que foi iniciado no domingo por indígenas da aldeia Bororó. Ninguém assume a responsabilidade para dar fim ao caso, que impede o trajeto entre a avenida Guaicurus e a MS-156.

Os indígenas protestam por mais segurança na via por meio da instalação de quebra-molas e também placas de sinalização, já que conforme informação do Conselho Indígena, já são seis mortes registradas no local. A última foi a da indígena Lenilza Nunes, 46, atropelada no início da noite de domingo e que morreu na segunda-feira no Hospital da Vida após não resistir a gravidade dos ferimentos (confira matéria clicando aqui). O grupo que fechou a rodovia com galhos, pneus, e outros obstáculos, afirma que só se retira depois que "ver" as placas e quebra molas no local.

Ainda na segunda, mas, no final da tarde, o governo do Estado publicou nota oficial em seu portal de notícias determinando a Sejusp (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) que intervenha na liberação via. No entanto, como publicado no Dourados News (confira aqui), a secretaria admitiu que não sabia como a intervenção seria feita.

Procurada novamente nesta quarta-feira por telefone, a assessoria de comunicação da Sejusp em Campo Grande foi sucinta e informou à reportagem que "o Estado não tem que intervir na questão porque causa indígena é de responsabilidade da Funai [Fundação Nacional do Índio] e da Polícia Federal, que inclusive já foi acionada".

Ao ser questionada sobre o fato da Perimetral Norte ser uma rodovia estadual, a assessoria informou que ainda assim não seria de responsabilidade da Sejusp intervir.

Já a Polícia Federal negou que tenha responsabilidade em promover o fim do bloqueio, e que tenha sido acionada para este fim, como informou a Sejusp.

De acordo com a assessoria de comunicação do órgão na delegacia de Dourados, não há nenhuma informação ou designação sobre uma possível intervenção na Perimetral. Já a assessoria em Campo Grande, que também foi procurada pela reportagem, afirmou que a Polícia Federal tem por obrigação prevista em lei proteger a comunidade indígena, e a comunidade em geral, mas que precisa ser acionada judicialmente para este fim.

Além disso, a Polícia Federal ressaltou que como a Perimetral Norte é uma via estadual, o Estado "tem que ter seus próprios meios de resolver o problema, e a Sejusp tem ciência disso".

CONT.



Por fim, a assessoria destacou ainda que "não se pode jogar a responsabilidade para quem não tem a obrigação legal de resolver a questão, e que a Funai deve se fazer presente para intermediar uma solução".

A reportagem tentou contato com a Funai em Dourados, mas não houve sucesso nas inúmeras tentativas até a publicação desta matéria.

Ontem, servidores que preferiram não se identificar não souberam informar ao Dourados News de que forma a fundação vai intervir sobre o bloqueio da Perimetral, e afirmaram também que não haviam recebido nenhum comunicado oficial sobre a determinação do governador André Puccinelli (PMDB) para que a Sejusp, resolvesse o problema junto da fundação, que é subordinada ao governo federal. "Nossa função é garantir a segurança e os direitos indígenas, porque eles são nossos tutelados, e estão no direito deles de se manifestarem", disse um dos servidores que não se identificou.

O bloqueio da Perimetral Norte continua por tempo indeterminado, e equipes da Força Nacional se revezam na proteção dos indígenas que ocupam a pista e na orientação aos motoristas que, sem sucesso, tentam passar pelo local.

O Dourados News recebeu a informação de que haveria uma reunião marcada entre uma comitiva de representantes indígenas da aldeia Bororó e o governador Puccinelli, que aconteceria na manhã desta quarta-feira em Campo Grande. No entanto, a assessoria de comunicação do governo não confirmou a agenda, e lideranças indígenas não foram encontradas até a publicação desta matéria.



Mestres quilombolas, religiosos e indígenas pregam respeito à biodiversidade
SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 23.07.2014

"Com licença, senhor das matas!". Esse foi um dos refrões de orações e cânticos de diversas tradições que precederam caminhada realizada nesta manhã na Estação Ecológica, no campus Pampulha. E a frase dá a dimensão do respeito à biodiversidade que marcou encontro sobre sustentabilidade ambiental promovido pelo Festival de Inverno. Participaram mestres de quilombos, terreiros, comunidades indígenas e grupos de congado, sob coordenação de Pedrina Lourdes dos Santos, reinadeira e mestre da Guarda de Moçambique de Oliveira.

"São guardiões da biodiversidade e de um pensamento diferente, que preza práticas zelosas da natureza. O conhecimento acadêmico tem muito a aprender com a modéstia dos povos tradicionais, para os quais o humano está em pé de igualdade com todos os elementos da natureza", afirmou a professora Rosângela de Tugny, pesquisadora da música indígena, que recebeu os participantes como representante da UFMG.

A lógica de síntese que rege a ciência que se ensina na universidade, de acordo com a professora da Escola de Música, não é o principal operador do pensamento dos povos indígenas, por exemplo. "Os índios têm um sistema de classificação que é qualitativo, que valoriza a especificidade e a multiplicidade. Assim como o projeto das culturas tradicionais é múltiplo, não é apenas humano, por isso elas são grandes defensores da biodiversidade", disse Rosângela.

Silvio de Siqueira, ou seu Badu, líder do quilombo de Matigão, em Jaboticatubas, elogiou a iniciativa da troca de experiências com professores e alunos da UFMG. E pregou a humildade que caracteriza o homem do campo. "Todo mundo tem que conhecer mais sobre a terra e saber que é preciso combater o agrotóxico. O povo não tem alimento sadio, e o organismo não aguenta isso, a medicina não dá conta de curar", disse ele, que é profundo conhecedor das plantas medicinais.

Seu Badu lembrou que os quilombolas e membros de outras comunidades precisam de apoio para permanecer em suas terras. E defendeu que não existe "terra ruim", porque é dela que saem os alimentos e os remédios. "Estamos fazendo covardia com a terra, e ela cobra de nós, os agressores", enfatizou.

Permanência e harmonia

O especialista em sustentabilidade ambiental Guilherme Nogaro apresentou aos participantes a permacultura (cultura da permanência), metodologia que visa ao planejamento de ecossistemas de forma integrada. Segundo ele, é preciso "reconhecer a dinâmica da vida para organizar as culturas para a harmonia produtiva".

"As relações ecológicas devem ser baseadas na cooperação e na solidariedade que, também através da comunicação, buscam a atualização e a transformação constantes", disse Nogaro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Ele defendeu também a incorporação pela universidade das ideias de vida e serviço, aliando-as à tríade formada por ensino, pesquisa e extensão.

TRILHA%20ESTACAO.JPG Rosangela de Tugny enfatizou que o Festival de Inverno é evento exemplar, que mostra a disposição da UFMG de se abrir ao mundo. "Há forças na instituição que desejam dialogar com outros universos. Os estudantes estão treinando outras temporalidades, diferentes formas de concertação. Os povos tradicionais trazem uma outra etiqueta, baseada em grande capacidade de escuta", afirmou a professora.

Depois de exposições breves e das orações de respeito à natureza, os participantes iniciaram uma trilha na Estação Ecológica (foto). O objetivo era que os mestres, ao som de cantos das diversas tradições, apresentassem as plantas segundo seus conhecimentos.

O Festival de Inverno da UFMG segue até o dia 26. Para mais informações, acesse o site do evento ou as redes sociais:

www.facebook.com/FestivalUFMG e www.twitter.com/FestivalUFMG.



Reunião debate regularização quilombola

SÍTIO MDA, 23.07.2014

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto, abre, juntamente com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, e a ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, a Reunião da Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Quilombola. Organizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o encontro, que ocorre nesta quinta-feira (24), tem como objetivo dar celeridade ao processo de regularização quilombola.

Mesa de Acompanhamento da Política de Regularização Quilombola

A mesa foi criada em outubro de 2013, para ser um espaço de diálogo permanente entre os entes responsáveis pelo processo e sociedade civil. Seus principais objetivos são acompanhar, identificar e encaminhar soluções sobre a regularização de terras quilombola.

Fazem parte da composição da mesa: Incra, MDA, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e Fundação Cultural Palmares.

Local: Sede do Incra – SBN Quadra 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar, sala 1810.

Data: 24 de julho (quinta-feira).

Horário: 9h às 12h e 14h30 às 18h.

Tássia Navarro



Bahia é referência na execução de projeto voltado às comunidades quilombolas
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 23.07.2014

Uma reunião de avaliação final do Projeto de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas), realizada por técnicos do Banco Mundial (Bird) este mês, em Fortaleza (CE), consolidou a Bahia como estado de referência na execução de metas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas.

"Tivemos uma avaliação positiva porque o projeto Quilombolas ultrapassou as metas estabelecidas, com a formação e consolidação de associações quilombolas e Conselhos Territoriais e atendimento a mais de cinco mil famílias e 120 comunidades, número maior do que o planejado, inicialmente", ressaltou o coordenador do projeto Quilombolas da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado (Sedir), Antônio Fernando Silva.

Somente neste mês, segundo o coordenador, o projeto concluiu, "com sucesso", o curso de Manutenção e Informática Básica, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com representantes quilombolas dos dez territórios de identidade trabalhados, totalizando 114 treinados. Também foram entregues computadores para implantação de 29 pontos digitais no estado, elaborados 59 diagnósticos participativos, 73 perfis de entrada e 38 planos de desenvolvimento, no universo de 120 comunidades trabalhadas.

Para Antônio Fernando, o fortalecimento das organizações quilombolas e o acesso às políticas públicas estaduais e federais, aliado ao expressivo aumento do nível de participação das comunidades, foram fatores imprescindíveis para o êxito das ações desenvolvidas na Bahia. Ele informou também que o objetivo da reunião realizada com o banco foi avaliar o desenvolvimento dos projetos quilombolas na Bahia, Pernambuco e Ceará.

"Essa foi uma supervisão do Bird feita com os três estados", disse o coordenador, enfatizando que encerramento do projeto quilombolas da Bahia acontece neste mês e cada estado realizará seu encontro, quando será evidenciado o desempenho obtido junto às comunidades.

"Existe uma expectativa muito grande do Bird e principalmente das representações quilombolas de que haja uma continuidade das ações voltadas aos quilombolas", disse Antônio Fernando. Participaram ainda da reunião o especialista em Desenvolvimento Social Sênior do Bird, Alberto Costa, e o técnico da CAR, Jorge Andrade.

Avanços e desafios

De acordo com relatório da coordenação do projeto Quilombolas, foram construídos, no total, seis centros multiuso, sendo requalificado mais um centro. Mais de cinco mil famílias e 120 comunidades foram atendidas nos Territórios do Baixo Sul, Litoral Sul, Chapada Diamantina,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Extremo Sul, Irecê, Piemonte Norte de Itapicuru, Recôncavo, Sertão Produtivo, Velho Chico e Vitória da Conquista.

Entre os avanços registrados estão a criação de oito conselhos e 28 associações, já havendo 86 associações consolidadas e o apoio ainda a elaboração de 173 projetos. Os indicadores de desempenho do projeto apontam que as organizações se mostraram fortalecidas, operantes e representativas. As comunidades quilombolas passaram a ter maior acesso aos recursos e serviços públicos e privados, aumentando a participação em decisões voltadas às questões locais.

A equipe técnica do projeto informou que essas comunidades têm ainda que vencer alguns desafios como o conhecimento restrito dos direitos seus direitos e legislação específica, a falta de titularidade de suas terras, nível de organização incipiente de lideranças e organizações, falta de apoio consistente das organizações externas e dificuldade de acesso aos projetos produtivos.

Financiamento

O projeto Quilombolas foi criado há cinco anos com o objetivo de financiar atividades com comunidades remanescentes de quilombos nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão, por meio do Banco Mundial, no valor total de US\$ 877,6 mil, somente na Bahia.



Dia de Tereza

SÍTIO CEDEFES, 23.07.2014

Brasil institui data para reverenciar líder quilombola do século XVIII e refletir sobre condições de vida das mulheres negras

Datas comemorativas existem para recordar eventos e personagens históricos. Outras vezes, chamam atenção para batalhas vencidas ou em andamento. Este ano, o Brasil instituiu o Dia Nacional da Mulher Negra, a exemplo do que vizinhos latino-americanos e caribenhos já fazem desde 1992. A próxima sexta-feira — e, de agora em diante, todos os 25 de julho — será de reverência a Tereza de Benguela, líder quilombola da segunda metade do século XVIII, em área que hoje compõe o Estado do Mato Grosso. De quebra, homenageará outras Terezas e Lélías e Annas e Chicas e Ruths e Zezés e Selmas e Lúcias e Cláudias e Fátimas e Adrianas, negras brasileiras que trabalharam (e trabalham) pela liberdade, pela vida digna, pela justiça.

Tereza era casada com José Piolho, chefe do Quilombo do Quariterê, perto na fronteira do Brasil com a Bolívia. Viúva, assumiu a comunidade e, por duas décadas, resistiu à escravidão, lutando ao lado de negros e índios. Comandou o sistema de defesa, montado com armas trocadas com brancos, e a atividade econômica, via cultivo do algodão e fabricação de tecidos. Denominada rainha, resistiu até 1770, quando o quilombo foi destruído pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho e a população (79 negros e 30 índios), morta ou aprisionada. É figura pouco conhecida fora do movimento negro. Aparece na tese de doutorado da antropóloga Maria de Lourdes Bandeira, "Território negro em espaço branco". O 25 de julho pode lançá-la aos holofotes.

Em defesa da data que homenageia a rainha quilombola, ativistas e parlamentares envolvidos com a aprovação da Lei 12.987/2014 argumentam que o país precisava de um mito feminino na luta contra a escravidão. Até aqui, além do 13 de Maio, da abolição, o Brasil festejava o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. Dandara era companheira do líder do quilombo da Serra da Barriga (AL). Faltava a protagonista da resistência. Escolheram Tereza.

O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana foi criado após uma conferência que debateu a luta contra o racismo e a desigualdade de gênero na região. As estatísticas são fartas em evidências de que mulheres negras são maioria entre pobres, desempregados e domésticas.

O IBGE, no início deste ano, publicou uma retrospectiva de indicadores do mercado de trabalho nas seis maiores áreas metropolitanas do país (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), na última década. Em 2013, eram 416 mil mulheres negras desempregadas (56% do total) e 323 mil brancas. Em dez anos, o desemprego diminuiu mais entre brasileiras autodeclaradas brancas (-54%) do que entre as pretas e pardas (-41%).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Em abril passado, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) trazia taxa de desocupação de 7,3% no 1º quadrimestre para as negras, contra média geral de 5%, mesmo índice das mulheres brancas. O total de negras no trabalho doméstico chegava a 815 mil nas seis regiões; o de brancas, a 475 mil, 40% menos. Estas, por sua vez, são maioria entre assalariadas com carteira assinada no setor privado. Somam 2,728 milhões de ocupadas, contra 2,189 milhões de pretas e pardas.

No rendimento, também há um abismo. As negras não ganham nem 60% da renda das mulheres brancas. A média é de R\$ 1.218 por mês, contra R\$ 2.092. São dados para reflexão. No 25 de julho de Tereza. E sempre.

Fonte: O Globo



Movimentos populares e organizações debatem titulação de terras quilombolas em Santarém

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 23.07.2014

A Mesa foi implementada em Santarém quase um ano depois da orientação dada pelo INCRA em Brasília. Apesar dos resultados positivos alguns órgãos convidados não compareceram. Entre os casos discutidos está o de Erepecuru, que sofre com a falta de registro das terras

Foi realizada na cidade de Santarém, no Pará, no último final de semana a 1ª Reunião da Mesa Quilombola com o objetivo de analisar os casos de titulação das terras quilombolas na região. Foram debatidos os 18 processos de titulação de terras quilombolas e os instrumentos jurídicos que podem auxiliar na titulação. Apesar dos resultados positivos, alguns órgãos convidados não compareceram, como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), responsável pelo reconhecimento dos territórios quilombolas em terras do Estado, e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão competente pelo ordenamento territorial em áreas de várzea. A próxima reunião da mesa acontecerá dia 07 de outubro de 2014.

A Mesa foi implementada em Santarém quase um ano depois da orientação dada pelo INCRA em Brasília. Participaram do debate membros do Incra, Ministério Público Federal, da Terra de Direitos, da Malungu, Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará, FOQS e das comunidades Jauari, Ariramba, Monte dos Oliveiros, Saracura, Arapemã, Patos do Ituqui, Nova Vista do Ituqui, Murumuru, Murumurutuba, Tinguá e Erepecuru.

O caso emblemático discutido foi de Erepecuru. O impasse na comunidade começa em 1998, quando é firmado um acordo entre moradores, Incra e membros da sociedade civil determinando que o instituto faria o georreferenciamento da área e a exclusão dos lotes individuais. A representante do Ministério Público Estadual, Ione Nakamura, salienta que a separação desses lotes não foi realizada. "O título saiu com o perímetro e as exclusões estão previstas no processo, mas no título não constaram essas exclusões. Essas pessoas, que fizeram os acordos individuais, hoje estão pleiteando a resolução disso", aponta.

As comunidades desejam que o Incra retome a titulação desses lotes, como ficou acordado em 1998. "A questão que tem nos preocupado é a questão jurídica, porque foi emitido já esse título e a partir do momento em que ele é emitido e existe uma matrícula no cartório, ele passa a ser uma propriedade particular. Por outro lado, essa exclusão deveria ter sido feita lá no início, antes da expedição desse título, o que atrai a responsabilidade do Incra, porque ele se comprometeu a fazer isso", aponta Ione.

Para o assessor jurídico popular da Terra de Direitos, Pedro Sérgio Vieira Martins, a mesa representa uma boa alternativa ao movimento quilombola. "A proposta dessa mesa só se concretiza com a atuação do INCRA em cumprimento às suas obrigações, ou seja, só é um instrumento válido quando o próprio INCRA se responsabiliza em seguir os acordos firmados em reunião. Por ser composta por outros órgãos estaduais, municipais e federais, e pelo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Ministério Público, a mesa se torna mais uma oportunidade de resolução e superação de entraves de maneira democrática”, pontua.

Os membros das comunidades também analisam a mesa de forma positiva, mas ressaltam pontos em que o debate precisa avançar. Para Hugo de Souza, da Cooperativa do Quilombo, o fato de o Incra mostrar interesse pela Mesa é um avanço, mas ainda é necessária uma integração entre os órgãos de Santarém, Belém e Brasília. “O que deveria melhorar é (...) construir um laço familiar entre os órgãos dos três lugares, seria mais uma vitória. Se na próxima reunião viesse alguém de Belém do Incra pra ver mais de perto essa situação, melhor ainda”, afirma.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

SBPC Extrativista discute os desafios da economia verde

SÍTIO RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL, 23.07.2017

Extrativistas de diversas cadeiras produtivas como açaí, borracha, madeira, babaçu, pirarucu e castanha vão expor aos participantes da 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) seus conhecimentos sobre os produtos da Amazônia na SBPC Extrativista a partir de hoje (23), em Rio Branco, Acre.

A consultora do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Cristina Silva, afirma que o evento deve valorizar os saberes dos povos da floresta, além de discutir políticas para o setor extrativista.



BNDES destina R\$ 2 milhões à cadeia produtiva do mel

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.07.2014

Projeto beneficiará 310 produtores em 30 comunidades de 5 municípios dos estados do Pará e do Amapá

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, vai destinar R\$ 2 milhões em recursos não reembolsáveis ao Programa de Abelhas Nativas em Comunidades Tradicionais.

O projeto, desenvolvido pelo Instituto Peabiruapoiará, foi selecionado pela Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis e vai atender os municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no Estado do Pará, e Macapá e Oiapoque, no Estado do Amapá.

A iniciativa busca ampliar a infraestrutura produtiva e formalizar a distribuição, para valorizar a comercialização do produto. Ao todo, 310 produtores de 30 comunidades rurais — quilombolas, indígenas, ribeirinhas e extrativistas — dos cinco municípios receberão capacitação técnica em meliponicultura, criação de espécie de abelha sem ferrão.

Além de visar à inclusão social, o apoio objetiva reduzir emissões por desmatamento e degradação. Estudo realizado pelo Instituto Peabiru concluiu que cada quilo de mel produzido evita 16 quilos de carbono decorrentes de queimadas e desmatamento.

As comunidades beneficiadas já trabalham desde 2006 com a produção de mel destinada ao consumo alimentar e à farmácia popular, mas o volume produzido é baixo.

Chamada Pública

A Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis resulta de uma demanda dos representantes da sociedade civil no Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa). Lançada em fevereiro de 2012, a Chamada tem orçamento total de R\$ 100 milhões.

Fonte:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



Governo promove inclusão digital em comunidades quilombolas

SÍTIO VERMELHO, 23.07.2014

Através do Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas), o Governo da Bahia realiza, durante este mês de julho, cursos de Informática Básica e Manutenção de Computadores para jovens de diversas comunidades quilombolas baianas. As aulas aconteceram na unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no município de Lauro de Freitas.

Nessa etapa, foram capacitados 36 representantes das comunidades quilombolas de Agreste, Boitaraca, Bomba, Conselho, Coqueiros, Dandá, Duas Lagoas, Empata Viagem, Fojo, Graciosa, Jiboia, Lagoa do Meio, Lajedinho, Lamarão, Nova Esperança, Olhos D'água, Rio do Tanque, Sambaíba, Santo Antônio/Vidal, Sarapuí e Tamboril.

Os cursos, que integram a política estadual de fortalecimento e desenvolvimento das organizações quilombolas da Bahia, são realizados em parceria com o Senai e têm acompanhamento de técnicos do Projeto Quilombolas. A iniciativa é executada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir).

Centros multiuso

Por meio das ações do Projeto Quilombolas, as comunidades de Lagoa do Melquíades (Vitória da Conquista), Cariacá (Senhor do Bonfim), Agreste e Baixão Velho (Seabra) e Cabeça da Vaca (Filadélfia), já foram beneficiadas com a implantação de centros multiuso.

A construção dos centros para os quilombolas integra o plano de ação que vem sendo empreendido pelo governo estadual. As iniciativas abrangem desde o fortalecimento das organizações comunitárias locais, até a promoção do acesso à comunicação digital, à informação, à assistência técnica e qualificação das comunidades para que possam identificar as necessidades das comunidades e elaborar suas propostas de financiamento para execução de novos projetos.

O projeto

O Projeto Quilombolas realiza, desde o ano de 2009, atividades para comunidades remanescentes de quilombos nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão via Banco Mundial.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

As comunidades rurais baianas contempladas no curso do Senai, nesta fase, estão localizadas nos municípios de Belo Campo, Caetité, Campo Formoso, Condeúba, Itacaré, Jacobina, Jequié, Jeremoabo, Lapão, Livramento, Maraú, Nilo Peçanha, Riacho de Santana, São Félix, Simões Filhos, Taperoá, Valença, Vitória da Conquista e Wenceslau Guimarães.

Da Redação.
Com Secom-BA



BA – Quilombolas prometem paralisar atividades das empresas de celulose caso reivindicações não sejam atendidas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

O Povo News

Mais de uma centena de moradores das comunidades quilombolas do Extremo Sul da Bahia, entre elas Rio do Sul, Volta Miúda, São Sebastião, Juerana e Espora Gato, participaram na manhã desta segunda-feira, 21 de julho, de uma reunião com o representante da Fibria, já que o da Suzano, que também estava sendo aguardado, não apareceu. Essas comunidades ficam em áreas próximas às plantações de eucalipto e dizem sofrer todo tipo de desrespeito por parte das duas empresas de celulose. Durante o encontro, realizado em Volta Miúda, município de Teixeira de Freitas, os moradores apresentaram uma pauta de reivindicações e deram prazo até o dia 8 de agosto para que as exigências sejam cumpridas pela Fibria e pela Suzano.

As solicitações incluem asfaltamento da estrada de uma BR até a outra; cumprimento da distância mínima de plantio em relação às comunidades, conforme consta no Código de Direito Florestal; disponibilização de 500 hectares para o plantio de agricultura familiar; perfuração de 4 poços artesianos nas adjacências; colocação de redutores de velocidade na estrada próxima das comunidades; reflorestamento da mata ciliar para proteção das nascentes; apoio à cultura local, e disponibilização de insumos para a comunidade, entre outras reivindicações.

Caso a pauta não seja cumprida dentro do prazo, as comunidades do Extremo Sul ameaçam paralisar algumas atividades dessas empresas na região. "A matéria-prima principal, que é o eucalipto, sai da terra, e essa terra é território quilombola, reconhecido pelo Decreto 4.887, de 2003, sancionado pelo presidente Lula. Já pedimos demarcação e titulação de terra e até agora nada foi feito", disse o líder comunitário Valdeir. "Queríamos resolver essa situação com a empresa de forma pacífica, mas a empresa não quer. Tanto que só compareceu a Fibria, a Suzano não veio", acrescentou.

Ele também mandou um recado para as empresas de celulose, para o Legislativo e para o Executivo dos municípios onde estão essas comunidades quilombolas. "O povo está se organizando e vai ter uma grande revolução no Extremo Sul da Bahia. Não vamos aceitar mais nenhuma proposta indecente, como essas empresas têm feito a vida toda conosco. Quem está invadindo nosso habitat são eles, e não nós. Queremos respeito ao princípio da dignidade humana, ao direito à propriedade, ao direito à vida. Essas empresas só têm nos tirado esses direitos."

Reunião adiada

A reunião com a Fibria e da Suzano já havia sido agendada para o início de julho, depois da morte, por atropelamento, de um morador da comunidade de Volta Miúda, mas os

CONT.



representantes não apareceram. Eles alegaram, na época, que não sabiam que haveria reunião.

Desde a morte de Lourisvandro Santos Pereira, ocorrida por volta das 23h30min do dia 24 de junho, a tensão aumentou na região. No início de julho, Paulo Sérgio Santos, de 42 anos, foi assassinado no assentamento Nelson Mandela, na comunidade de Rio do Sul, município de Nova Viçosa. Ele era líder do assentamento.

No dia 14 de julho, dois vigilantes da Gocil Segurança, que presta serviços para empresas de celulose, foram baleados durante uma emboscada em uma área de plantio de eucalipto em Posto da Mata, distrito de Nova Viçosa. Os dois ficaram gravemente feridos.

Atropelamento

Lourisvandro Santos Pereira foi atropelado e morto por uma carreta, por volta das 23h30min do dia 24 de junho, na comunidade de Volta Miúda. O condutor fugiu sem prestar socorro à vítima. Segundo testemunhas, a carreta tinha o logotipo da empresa JSL. Moradores acusam a Fibria de ter responsabilidade no caso, já que, segundo eles, a carreta transportava madeira, mas a Fibria nega que a carreta estivesse a serviço da empresa de celulose. Também dizem que a Polícia esteve no local, mas não sabem porque não existe inquérito policial para apurar o caso.

Um fato que revoltou os moradores da comunidade quilombola foi que os restos mortais de Lourisvandro estariam sendo comidos pelos cachorros, já que foi jogada terra em cima do corpo.

Ao site Opovonews, a Suzano afirmou que “não houve qualquer envolvimento da Suzano Papel e Celulose e/ou de seus fornecedores” nesses fatos.



Terras indígenas apresentam o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Funai – As terras indígenas continuam apresentando o menor índice de desmatamento da Amazônia Legal. No último mês (junho de 2014) esse índice representou apenas 1% do total de desmatamento verificado na região amazônica, conforme afirma o Boletim Transparência Florestal da Amazônia Legal do Instituto Imazon. De acordo com o relatório, nas áreas privadas, o desmatamento de junho foi de 59%. O restante foi registrado em unidades de conservação (27%) e assentamentos de reforma agrária (13%).

Além do modo como as comunidades indígenas exploram os recursos naturais e protegem seus territórios, esse resultado está ligado à atuação da Fundação Nacional do Índio, por meio da Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial, com ações vigilância, fiscalização, prevenção de ilícitos e conflitos em terras indígenas, e gerenciamento de informações de monitoramento territorial e ambiental.

Monitoramento das TIs com maior índice de desmatamento

Entre 2008 e 2012, dados do Projeto Prodes, demonstraram que a taxa de desmatamento em terras indígenas da Amazônia Legal foi decrescente ao longo dos anos analisados, girando em torno dos 20% ao ano. Em 2012, verificou-se o maior percentual (22%) de diminuição da taxa de desmatamento em TIs dos últimos cinco anos. O Prodes é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para monitoramento por satélites do desmatamento na Amazônia Legal e produção de informações governamentais sobre as taxas anuais de desmatamento na região. Números do projeto demonstram que na TI Maraiwatsédé (MT), por exemplo, o desmatamento foi reduzido em 70%, passando de 24,5 km² em 2011 para 7,4 em 2012. Na TI Awá (MA) a redução também foi expressiva, caindo de 15,2 km² em 2011 para 4,4 em 2012. Os resultados são decorrentes das operações de desintrusão do Governo Federal, e ações de fiscalização realizadas pela Funai.

As TIs mais desmatadas estão localizadas nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas. No período avaliado, 75% das terras indígenas mais desmatadas apresentam algum tipo de situação de vulnerabilidade específica, tais como empreendimentos de infraestrutura, situação sub judice e/ou ocupação não-indígena. Em 2013, as ações de monitoramento territorial da Funai foram realizadas nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento.

Os dados do Prodes também apontam que 57% da floresta remanescente na Amazônia Legal estão localizados em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, e estas áreas apresentaram taxas de desmatamento bem inferiores a outras áreas, sendo que as terras indígenas apresentaram desmatamento médio inferior às Unidades de Uso Sustentável e superior às Unidades de Proteção Integral.

CONT.



Ações realizadas em parceria

Nos últimos anos, a Funai também vem apoiando as ações de fiscalização coordenadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Departamento de Polícia Federal. Em 2013, por exemplo, houve continuidade das operações de retirada de não-indígenas das TIs Apyterewa e Maraiwatsédé, além da capacitação em proteção às terras indígenas.

Ainda em 2013, foram executadas diversas ações visando fortalecer o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de estratégias articuladas, principalmente entre a Funai e o Centro Especializado do Prevfogo/Ibama. Neste sentido, cerca de 400 indígenas, em nove estados do país, participaram de cursos de capacitação de brigadistas, com a implementação de 18 novas Brigadas Federais para atuarem contra incêndios florestais nas terras selecionadas. Esses cursos valorizam os conhecimentos tradicionais e promovem o diálogo intercultural acerca das práticas de manejo do fogo, com o objetivo de minimizar os impactos desses eventos sem, contudo, desconsiderar as práticas tradicionais.



SC – Pescadores artesanais recebem indenização de R\$ 65 milhões

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

Acordo é o maior já registrado na história de Santa Catarina.

Floripa News

Os pescadores artesanais do Norte de Santa Catarina receberam a indenização de R\$ 65 milhões paga pela Norsul. O dinheiro foi repassado pelo escritório Pugliese e Gomes Advocacia no último sábado (19), em encontro na colônia de pescadores de Itapoá.

A indenização é resultado de um processo que começou em janeiro de 2008, depois que uma barcaça carregada com 344 bobinas de aço afundou e ocasionou o vazamento de óleo na região da baía da Babitonga. Em junho deste ano, os advogados dos pescadores e a empresa se reuniram em audiência e optaram pelo acordo que beneficiou cerca de 2,5 mil pescadores artesanais – cada um recebeu cerca de R\$ 15 mil.

O acordo foi homologado no dia 1º de julho. A partir desta data, a empresa teve 10 dias para efetuar o depósito. "Este processo é um marco histórico na luta pela preservação da natureza. Certamente vai estimular as empresas a repensarem os modos de trabalho e como prevenir acidentes ecológicos. É um motivo para comemorar", avalia o advogado.



Fraude acoberta extração ilegal de 64 mil hectares de floresta nativa no Pará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

A equipe do Bom Dia Brasil teve acesso com exclusividade ao relatório do Ibama, que revela que 11 empresas estavam envolvidas no esquema.

Bom Dia Brasil, na FGV

Uma fraude no sistema que deveria controlar o comércio de produtos florestais no Pará foi responsável pela derrubada ilegal de mais de 60 mil hectares de floresta. A área desmatada equivale à metade da cidade de Belém. A equipe do Bom Dia Brasil teve acesso com exclusividade ao relatório do Ibama, que também revela que 11 empresas estavam envolvidas no esquema. A reportagem é de Fabiano Villela e Beatriz Buarque.

O alvo da investigação é o Sistema Eletrônico de Comércio de Produtos Florestais no Pará, o Sisflora, que é preenchido por associações e empresas do setor madeireiro.

Depois que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente autoriza a extração da madeira, a quantidade de toras é convertida em créditos, que é como são chamados os subprodutos da madeira. Por exemplo: cada metro cúbico de tora deve gerar, obrigatoriamente, 45% de madeira serrada; e o restante são resíduos.

A fraude é cometida na hora de contabilizar esses subprodutos. No final, a soma dos derivados da madeira é muito maior do que a quantidade inicial de matéria-prima. Em um dos casos investigados, uma madeireira declarou que o volume de origem somava 390 metros cúbicos, mas, no fim do processo, apareciam 454 metros cúbicos.

Segundo as investigações do Ibama, essa quantidade "extra" é ilegal. Ou seja, foi extraída de áreas não autorizadas, como reservas ambientais ou terras indígenas. De acordo com o Ibama, de 2007 a 2012, 11 empresas fraudaram o Sisflora para gerar documentos oficiais que acobertaram a extração ilegal de 64 mil hectares de floresta nativa no Pará.

"Você tem uma área que não tem autorização, coloca ela no chão e dá uma aparência de legalidade à madeira que foi explorada ilegalmente", explica Hugo Américo, superintendente do Ibama no Pará.

Baseado no relatório do Ibama, o Ministério Público Federal entrou com uma ação contra o governo do Pará e a empresa que criou o Sisflora, exigindo que as falhas no sistema sejam corrigidas para evitar novas fraudes e o pagamento de indenização pelos danos ambientais.

Nem as empresas que têm o chamado "selo verde" ficaram livres desse esquema. De acordo com o relatório, instituições certificadas por respeitar as leis ambientais também receberam

CONT.



madeira de serrarias que alteraram os créditos no Sisflora. O que, segundo o Ministério Público, pode ter comprometido a cadeia de produção sustentável.

“A cadeia produtiva desse setor está tão contaminada que é difícil se ter uma segurança satisfatória quanto à legalidade de um determinado produto”, afirma Bruno Valente, procurador da República.

Além do Ibama, o Greenpeace também investigou as fraudes no Sisflora durante dois anos, analisando mais de mil autorizações para exploração florestal no Pará e o caminho dessa madeira até o mercado internacional.

Em um dos casos, a organização identificou um fazendeiro que vendeu 70 mil metros cúbicos de madeira ilegal para oito serrarias, que revenderam para mais de 40 exportadoras que, por sua vez, negociaram com empresas de 12 países.

“As mudanças que têm que ser feitas são principalmente na fiscalização e na maneira de se controlar o que é extraído. O que a gente precisa é de um sistema mais efetivo que consiga dizer para o consumidor e para o cidadão que aquela madeira foi produzida de forma legal”, ressalta Márcio Astrini, coordenador do Greenpeace.

A ação está sendo analisada pela Justiça. Em nota, a empresa responsável pelo sistema Sisflora disse que ele foi feito de acordo com as necessidades da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e que recebe os dados encaminhados pela Secretaria.

Já a Secretaria de Meio Ambiente disse que se manifestou na Justiça e que as questões levantadas pelo Ministério Público foram resolvidas.

A Procuradoria-Geral do Estado do Pará declarou que existem duas ações do Ministério Público contra o Sisflora e que as alterações do sistema não foram provocadas por má fé dos servidores, mas por falhas no sistema que possibilitaram a ação dos criminosos.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Terra Indígena Buriti: Comunidade Indígena Terena divulga carta aberta ao Ministro da Justiça

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.07.2014

CARTA ABERTA DA COMUNIDADE TERENA DA TERRA INDÍGENA BURITI

Ao excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça

José Eduardo Cardoso

A comunidade Terena da Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, no estado de Mato Grosso do Sul, preocupada com o desfecho da “negociação” feita entre o governo federal e os fazendeiros que detém o título de propriedade de nossas terras tradicionais na região serrana de Maracaju, com vistas a devolver parte do nosso território, vem a público prestar esclarecimentos e manifestar posição tomada em conjunto com nossas lideranças:

Primeiro, que o processo de demarcação de todas as terras indígenas no Brasil expirou em 1993 e o governo federal não cumpriu com o que determina a Constituição Federal de 1988. Muitos anos se passaram desde então e o Estado Brasileiro nada tem feito de efetivo para garantir a defesa de nossos direitos territoriais, muito pelo contrário. A consequência disso é o acirramento dos conflitos entre comunidades indígenas e ruralistas em todo o país, resultando em perdas para ambos os lados. Para nós, povos originários, isso tem custado a vida de centenas de lideranças em Mato Grosso do Sul e em outros estados da Federação, inclusive parentes assassinados de maneira covarde por pistoleiros contratados por fazendeiros e até por policiais a serviço do próprio Estado.

Segundo, que a presença dos Terena na região serrana de Buriti é anterior à década de 1850 e, portanto, antecede à existência dos atuais fazendeiros na região, bem como de seus antepassados, conforme atestam estudos feitos para a FUNAI e para a Justiça Federal. Esta situação está suficientemente comprovada no laudo pericial realizado em 2003 para a Justiça Federal no estado, produzido por dois respeitados pesquisadores. Infelizmente, ao que tudo indica, nenhum magistrado até o momento se dignou de ler atentamente a esses estudos ou de vir à região de Buriti tomar ciência da situação. Além disso, nós, Terena de Buriti, somos povos originários, o que significa dizer que nossos antepassados estavam aqui antes mesmo do surgimento do próprio Estado Brasileiro e suas leis. Essas leis, por sua vez, foram feitas para regularizar uma série de crimes cometidos contra os povos indígenas, como ocorre na legalização de propriedades privadas surgidas a partir de violentos processos de esbulho para a usurpação de nossos territórios.

Terceiro, que o espaço territorial compreendido pelo atual estado de Mato Grosso do Sul somente pertence ao Brasil porque os Terena e outros povos indígenas lutaram bravamente ao lado do Exército Brasileiro na conhecida Guerra do Paraguai (1864-1870). Nós também

CONT.



contribuímos para defesa da soberania do país e para que esta vasta região fizesse parte do território nacional. Não somos, portanto, estrangeiros nessas terras e não aceitamos ser chamados de “índios paraguaios”, como os advogados e os meios de comunicação a serviço do movimento ruralista costumam nos caluniar.

Quarto, que depois da referida guerra, os Terenas foram expulsos de grande parte de seu território na Serra de Maracaju, onde está localizada a região de Buriti. Este foi o “muito obrigado” que o Estado Brasileiro nos deu após termos enfrentado bravamente as tropas de Solano Lopez, inclusive com a perda de muitos parentes em combate, conforme registrado em nossa memória e nos livros do Visconde de Taunay. Depois disso muitos parentes foram forçados a trabalhar como escravos para fazendeiros da região, muitos dos quais dão nome a ruas, praças, escolas e outros lugares em Mato Grosso do Sul.

Mesmo nesta situação, sempre visitamos, ainda que às escondidas, nossas terras tradicionais, mantendo-nos a elas vinculados. Nas décadas de 1920 e 1930 fomos confinados em uma reserva criada pelo governo, cujo tamanho atual é de 2.090 hectares, onde vivem mais de 2.500 pessoas. Mas nunca ficamos contentes com esse pedacinho de terra. Por este motivo a reivindicação para a ampliação da área é bastante antiga e na década de 1930 uma comissão de lideranças chegou a ir ao Rio de Janeiro, então a Capital Federal, para tratar do assunto, sem obter sucesso. Décadas depois, após muitas décadas de luta, a FUNAI finalmente constituiu um Grupo Técnico para fazer os estudos sobre a ampliação da área, chegando a 17.200 hectares, embora saibamos que nosso território é ainda maior. O relatório final foi concluído e o resumo circunstanciado desse processo foi divulgado em 2001, garantindo a publicização dos atos da FUNAI, tornando-o um ato administrativo perfeito.

Quinto, que a área de ampliação da Terra Indígena Buriti é uma terra indígena tal qual define o Art. 231 da Constituição Federal de 1988. Não pode ser tratada, portanto, como reserva indígena, como possibilita o Estatuto do Índio, a Lei n. 6001/73, embora manobras administrativas e judiciais têm sido feitas para nos enganar. Por este motivo não assinaremos nenhum acordo que venha tirar os direitos originários que temos sobre esta terra. Fazemos questão de deixar isso claro para que todos saibam que este tipo de manobra está sendo feita para resolver o impasse criado por uma parte dos fazendeiros, cuja postura intransigente impede que toda a área seja liberada para a posse e usufruto coletivo e permanente de nossa comunidade. Frisamos então que não aceitaremos qualquer proposta de acordo que não englobe a totalidade da área de ampliação da Terra Indígena Buriti, pois não queremos pedaços ou retalhos de terras.

Sexto, que especificamente em relação à mesa de “diálogo” constituída pelo Conselho Nacional de Justiça, denunciemos publicamente a nomeação do arqueólogo Gilson Rodolfo Martins para fazer parte da comissão designada para esta finalidade. Este senhor não é um “Estudioso da Questão Indígena em Mato Grosso do Sul”, mas um pesquisador ligado aos ruralistas, conhecido por trabalhar contra os Terena e outros povos indígenas que vivem no estado. A indicação de alguém tão parcial assim aponta vícios na origem dessa mesa de “negociação”, o que tem ocorrido desde 2013. Mesmo assim, nós, Terena de Buriti, temos depositado esperanças no processo e respeitado todos os prazos. Estamos aguardando isso tudo com muita dor e sofrimento, chorando por pelos parentes queridos assassinados na luta pela terra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Não esqueçamos e jamais esqueceremos a morte de Oziel Gabriel, ocorrida no dia 30/05/2013, e de tantos parentes feridos durante o último confronto com a Polícia Federal. Por isso esperamos uma posição firme e constitucional do governo federal. No entanto, mais uma vez o que vemos é o não cumprimento do acordo, mas o empenho em vão de palavras e a ação criminosa do próprio Ministério da Justiça, o qual demonstra não ter capacidade de fazer valer o termo de acordo para a devolução de toda a Terra Indígena Buriti a nós, povo Terena de Buriti.

Sétimo, que não aceitamos que nossas terras tradicionais sejam retalhadas pelo Estado Brasileiro e seguiremos lutando pelos 17.200 hectares que compreendem a área ampliada da Terra Indígena Buriti, conforme consta a portaria declaratória MJ n. 3.079/2010. Estamos dispostos, inclusive, a morrer em defesa de nossa terra.

Oitavo, que não aceitamos quaisquer mudanças negativas na legislação indigenista brasileira e internacional e para defender nossos direitos estamos juntos com os demais povos indígenas no Brasil.

É o que temos a registrar.

Terra Indígena Buriti, 30 de junho de 2014.

-

Fonte da matéria: Buriti News MS.



Ônibus escolar com indígenas da cidade de Jatobá- PE é atingido por carreta baú na BR-410 em Tucano- BA

SÍTIO BLOG CHICO SABE TUDO, 23.07.2014

Um ônibus escolar de placa policial: PFH-1927, pertencente à Prefeitura Municipal de Jatobá, no Estado de Pernambuco, foi atingido por uma carreta baú, de placa; JRM-0013, licença de Governador Valadares- MG, na tarde desta quarta-feira dia (23), por volta das 14h45min, na BR-410. O acidente aconteceu nas imediações do contorno que dá acesso a sede do município de Tucano, ao distrito de Creguenhem.

Segundo informações do motorista do transporte escolar, Alessandro Andrade Silva, seguia de Feira de Santana-BA, com destino a Jatobá, com o veículo carregado de alunos Indígenas, quando o mesmo foi atingido na lateral esquerda pela carreta, que tentava desviar de uma cegonha. "A sorte é que a carreta pegou de raspão na lateral. Por pouco não aconteceu uma tragédia", disse Alessandro.

De acordo com o condutor da carreta, Erivaldo Lucena Pereira, seguia do Estado da Paraíba, com destino a Belo Horizonte – MG, quando foi surpreendido pela cegonha de dados não anotados, parada em uma lombada na rodovia, e ao tentar frear o veículo, ele acabou derrapando no asfalto molhado e atingindo o ônibus escolar na lateral, e em seguida a carreta saiu da pista.

Segundo Lafaiete Souza da Silva, cacique da Tribo Pankararu, os Indígenas, estavam retornando em dois ônibus escolares, da Faculdade Estadual de Feira de Santana (UEFS), onde os mesmos fazem faculdade, quando um dos veículos, foi atingido pela carreta. "Graças a Deus que não aconteceu nada de mais com nosso povo, apenas susto e prejuízo material. Ou seja, ninguém ficou ferido", relatou o Cacique.

A Tribo Pankararu vive entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, numa reserva indígena, nas margens do rio São Francisco, em Pernambuco.

Fonte: gilsantosnoticias.com



Bocalom Vai Ao SBPC E Reafirma Respeito Aos Povos Indigenas

SÍTIO BLOG DO MANCIO LIMA, 24.07.2014

O candidato ao governo do Acre, Tião Bocalom, da Coligação Produzir para Empregar, esteve, na manhã desta quarta-feira (23), na 66ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O democrata participou da palestra "A ciência e o Saber na Perspectiva Indígena".

Em seu Plano de Governo, o opositor defende a união dos conhecimentos (tradicional e científico) e respeito a toda forma de saber das populações tradicionais.

Ele avalia como de fundamental importância a inclusão desses saberes na agenda científica contemporânea, naquilo que advirá dela que será a produção e mais conhecimento.

"Além de valorizarmos as diversas formas de conhecimento tradicional, é a partir do estudo científico que se produzirão novos conceitos e soluções para o desenvolvimento da região de floresta", disse

Bocalom ressaltou que caso seja eleito, lutará pela demarcação das 21 áreas de terras indígenas restantes no Acre,



Saúde indígena faz 'arrastão' em 75 postos de Mato Grosso do Sul

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 24.07.2014

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai-MS) conclui nesta semana relatório oficial que detecta a atual condição de crise na Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul. O documento é resultado de uma varredura que está sendo realizada em todos os 75 postos de Saúde Indígena do Estado.

O objetivo é implantar o Plano Emergencial nas aldeias para solucionar os impasses. De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Fernando de Souza, a Sesai vai verificar o que pode comprar com recursos próprios e traçar uma meta para resolver situações a médio e longo prazo.

Conforme ele, é necessário medidas urgentes para resolver o desabastecimento nas unidades de Saúde Indígena. Segundo ele, as deficiências vão desde a medicamentos, insumos básicos e materiais para os profissionais. Conforme Fernando estas crises podem estar custando a vida de indígenas em todo o Estado.

Há 15 dias O PROGRESSO denunciou que a Saúde indígena está com 70% da frota sucateada. Dos 180 veículos destinados à Saúde nas aldeias, 100 estão parados nos pátios. Em Dourados, dos 30 veículos existentes, 40% estão sucateados.

Segundo Fernando de Sousa, além dos recursos próprios da Sesai, a entidade vai procurar o Ministério da Saúde que no final do ano passado se comprometeu a fazer investimentos na Saúde Indígena de MS. "Este relatório de crise será encaminhado ao Governo Federal para que possam ajudar a mudar esta realidade", destaca.

Em relação às viaturas sucateadas, Fernando de Souza diz que a população indígena está ficando sem respaldo na área de saúde. Em Dourados, por causa da falta de transporte, as equipes que fazem atendimento nas aldeias estariam enfrentando dificuldades para chegar lá. "Alguns grupos precisam pegar carona com outros para se deslocar até a reserva. Em outras situações, um grupo vai para a aldeia e o carro volta para buscar outro. O serviço se torna demorado", destaca.

Há um ano o presidente também alertou para outro grave problema. As viaturas que transportam pacientes, não são esterilizadas. "Não há serviço de lavagem. Por isto é comum encontrar sangue e vísceras humanas nos carros, gerando riscos de infecções diversas", denuncia.

Ele lembrou ainda que praticamente 100% dos agentes que atuam na Reserva não dispõem de material completo, como as mochilas e bicicletas. "Muitos atuam com veículos próprios e materiais comprados por eles via 'vaquinha'", destaca.

CONT.



Solução

Fernando diz que além do Plano de emergência, outro fator positivo nas reservas é que a nível nacional está sendo discutida a implantação de uma política especial da Saúde indígena que prevê a desburocratização no abastecimento das Unidades de Saúde, compra de materiais e manutenção de serviços básicos.

“Hoje existe uma burocracia enorme que faz com que os insumos atrasem e os postos fiquem desabastecidos. O processo de reposição destes materiais é longo e muitas vezes quem vai na Unidade de Saúde não tem tempo a perder. Esta demora pode custar uma vida. Por causa disso, formaremos uma grande proposta que servirá para mudar a política de Saúde indígena em todo o território nacional”, explica, observando que a falta de medicamentos e a logística dos pacientes são os gargalos da Saúde Indígena.

Fonte:douradosagora



Após desbloquear rodovia, indígenas prometem novo bloqueio caso promessa de governador 'fure'

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 24.07.2014

Depois de um bloqueio que durou quatro dias, indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru em Dourados, liberaram pacificamente o tráfego na rodovia Perimetral Norte, entre a avenida Guaicurus e a MS-156.

Após reunião entre lideranças e representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) com o governador André Puccinelli (PMDB), realizada ontem em Campo Grande, o grupo resolveu dar fim ao bloqueio iniciado depois da morte de uma indígena de 46 anos – ocorrida no domingo - que foi mais uma vítima de atropelamento na via.

No entanto, conforme lideranças, o fim da liberação pode acontecer novamente, e já a partir de amanhã, caso o engenheiro que ficou de visitar o local nesta quinta-feira para identificar os pontos com necessidade melhorias de sinalização não compareça.

“Estamos confiantes na palavra do governador com relação ao nosso pedido, e esperamos que ele cumpra o que prometeu. Se isso não acontecer, nós vamos ocupar a rodovia de novo, porque não vamos desistir do nosso direito de ter mais segurança ali”, disse a liderança da aldeia Bororó, Gaudêncio Benitez.

A reivindicação de lideranças é por mais sinalização e também pela instalação de redutores de velocidade para evitar acidentes, já que desde o ano passado, segundo informação do Conselho Indígena, já são seis mortes.

Fonte:douradosnews



Lideranças indígenas Huni Kuin visitam o JBRJ

SÍTIO JORNAL BRASIL, 24.07.2014

Na manhã de segunda-feira, 21 de julho, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro recebeu a visita de 15 lideranças indígenas Huni Kuin, da região do rio Purus e Jordão, do Acre.

As lideranças indígenas vieram agradecer a parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro na elaboração do livro "Una Isi Kayawa, Livro da Cura do Povo Huni Kuin do rio Jordão", com organização do pesquisador Alexandre Quinet e do pajé Agostinho Manduca Mateus Ika Muru. Os representantes Huni Kuin foram recebidos pelo diretor de Pesquisas e Presidente em exercício do JBRJ, Rogério Gribel. Eles visitaram as instalações da Diretoria de Pesquisas e depois foram conhecer o Arboreto.

Fonte: JBRJ



Justiça Federal concede à indígena sem diploma de ensino médio direito à matrícula na UNIR

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 24.07.2014

Mesmo sem possuir ainda o certificado de conclusão do ensino médio, a índia Walelasoetxeige Paiter Bandeira Suruí será matriculada no curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia. O direito de ingresso no nível superior foi garantido em decisão liminar do juiz federal da 1ª vara, Dimis da Costa Braga, em Mandado de Segurança apreciado ontem (23) pela Justiça Federal de Rondônia.

Bandeira Suruí cursa o último ano do ensino médio e comprovou em juízo sua aprovação no Exame Nacional de conclusão de ensino médio – ENEM 2013, obtendo excelente pontuação e se classificando em 78º lugar para ingresso no curso de direito da UNIR. Como não pôde exibir o certificado de conclusão de ensino médio no ato da matrícula, teve seu ingresso na universidade indeferido pela administração do campus.

Examinando os argumentos da estudante apresentados em juízo, o magistrado disse que “As constatações, por si sós, afiguram-me suficientes a traduzir o direito da impetrante à garantia de vaga, até obter o certificado almejado, condição necessária à efetivação da matrícula. A Constituição da República Federal do Brasil erigiu a educação à categoria de direito fundamental social”.

Além de conceder à estudante o direito à matrícula na UNIR, o magistrado registrou na decisão: “No particular, convém louvar o êxito da impetrante: sua aprovação no vestibular, ainda não concluído o ensino médio, é comportamento hercúleo, típico de guerreiros”. Em seguida homenageou a estudante com um poema indígena de sua autoria, ainda a ser publicado pelo PEN Club de Escritores de Viena, em português e alemão. Em seguida, determinou à reitora da Universidade Federal de Rondônia que proceda incontinenti a matrícula da autora do Mandado de Segurança nº 0008433-56.2014.4.01.4100.

Fonte: Ascom/JF

"Fomos enganados pela organização da SBPC", diz líder indígena sobre hospedagem oferecida no evento

SÍTIO AC 24 HORAS, 24.07.2014



A precária condição de hospedagem dos índios convidados pela Universidade Federal do Acre para participar da SBPC Indígena é o mais puro reflexo do descaso. Ao contrário dos cientistas e pesquisadores hospedados nos hotéis da cidade, os indígenas dormem no Campus da Universidade em espaços improvisados pela organização do evento.

LEIA TAMBÉM: "O atual modelo economico do Acre é uma fantasia", diz pesquisador da Ufac

O líder indígena Raimundo Apurinã diz que os índios foram enganados pela coordenação da SBPC, que prometeu hospedá-los em hotéis.

"Tiraram a gente do nosso lugar para colocar a gente aqui nesse alojamento. Tem gente sem colchão, dormindo no chão".

Os índios também reclamam que a refeição diária, café, almoço e janta tem atraso de até duas três horas.

Ontem, por exemplo, o café foi servido às 10h da manhã e o almoço às 14h.

"A gente chegou aqui não tinha água e a comida atrasa toda vez. Ontem a gente foi tomar café era 10h da manhã e almoçamos duas horas da tarde. Nós fomos enganados", disse Gersinho Apurinã.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 127 / 2014

Brasília, 24 de julho de 2014.

Foram convidados para a SBPC Indígena, membros das etnias Kaxarari, de Rondônia; Apurinã, da Estrada de Boca do Acre, no Amazonas; e Huni Kui e Jaminawa, do Acre.

O coordenador da SBPC Indígena, Jacó César Piccoli, disse que não houve promessas de hospedagem aos índios em hotéis e disse que a alimentação é servida de forma regular. "Nós queríamos ter uma estrutura melhor para os índios, mas infelizmente não deu", informou.

Bocalom quer lutar pela demarcação de áreas indígenas

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 24.07.2014



Por Viviane Fortes
Da Redação

O candidato ao governo do Acre, Tião Bocalom, da Coligação Produzir para Empregar, destacou que se eleito lutará pela demarcação das 21 áreas de terras indígenas, que ainda existem no Acre. Ele participou da 66ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPPC), na manhã da última quarta-feira (23). A palestra foi intitulada como: "A ciência e o Saber na Perspectiva Indígena".

Bocalom luta pelo respeito a toda maneira de saber das populações tradicionais e a junção dos conhecimentos (tradicional e científico), em seu Plano de Governo. Ele calcula, como de extrema importância, a inclusão desses saberes na agenda científica contemporânea, naquilo que advirá dela, que será a produção e mais conhecimento.

De acordo com o opositor, a valorização das diversas possibilidades de conhecimento tradicional acontece a partir do estudo científico, e é assim que se terão novos conceitos e soluções para a expansão da região de floresta.